



38º EXAME DE SELEÇÃO PARA ESTÁGIO FORENSE - 2018

CADERNO DE QUESTÕES

1. A prova terá duração de 3 horas, considerando, inclusive, o preenchimento do cartão-resposta e a transcrição do texto para a folha de resposta definitiva.
2. É responsabilidade do candidato a conferência deste caderno que contém 20 (vinte) questões de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C e D) e 01 (uma) questão discursiva, distribuídas da seguinte forma:

PROVA	CONTEÚDO	QUESTÕES
OBJETIVA	Direito Civil	01 a 08
	Direito Constitucional	09 a 16
	Direito Processual Civil	17 a 20
DISCURSIVA	Direito Civil, Direito Constitucional e Direito Processual Civil	01

3. Transcreva a frase abaixo, para o espaço determinado no CARTÃO-RESPOSTA, com caligrafia usual, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, para posterior exame grafológico.

"A amizade é um amor que nunca morre"

4. A prova (objetiva e discursiva) deverá ser feita, obrigatoriamente, à caneta esferográfica, fabricada em material incolor e transparente, de tinta azul ou preta, não sendo permitido o uso de régua, lápis, lapiseira, marca texto, corretivo e/ou borracha durante a realização da prova. A simples posse ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, mesmo que desligado, no local da prova, corredor ou banheiros, implicará na exclusão do candidato no certame.
5. Durante a realização da prova (objetiva e discursiva) não será admitida a consulta à legislação, livros, impressos ou anotações bem como o empréstimo de material e/ou utensílio de qualquer espécie e/ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de aparelho eletrônico.
6. Não haverá substituição do cartão-resposta e/ou folha de resposta definitiva por erro do candidato. O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o cartão-resposta e a folha de resposta definitiva.
7. O candidato deverá optar por apenas 01 (um) dos temas para elaborar a redação de texto dissertativo de, no máximo, 25 (vinte e cinco) linhas. É responsabilidade do candidato identificar, em campo próprio na folha de resposta definitiva, o tema de sua opção. Caso o candidato opte por não responder à Prova Discursiva, deverá declarar, no campo destinado à resposta definitiva, que entregou a prova em branco.
8. A folha de resposta definitiva possui código numérico e não poderá ser assinada, rubricada, nem conter nenhuma identificação, mesmo que seja em seu verso, sendo assim a detecção de qualquer marca identificadora acarretará em anulação da questão e a consequente eliminação do candidato do certame.
9. **Será admitida** rasura, acompanhada da palavra "digo", sem que isso constitua identificação de prova.
10. O candidato é responsável pela conferência de seus dados pessoais: nome, número de inscrição e data de nascimento.
11. Os relógios de pulso serão permitidos, desde que não sejam digitais e permaneçam sobre a mesa, à vista dos fiscais, até a conclusão da prova.
12. Somente após decorrida uma hora do início da prova, o candidato poderá entregar o cartão-resposta devidamente assinado e com a frase transcrita juntamente com as folhas de resposta definitiva sem nenhuma identificação e retirar-se do recinto levando o seu caderno de questões. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados somente quando todos tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado, sendo indispensável o registro dos seus nomes e assinaturas na ata de aplicação de prova.
13. Não será permitido o uso de sanitários por candidatos que tenham terminado as provas.
14. O FISCAL DE SALA NÃO ESTÁ AUTORIZADO A ALTERAR QUAISQUER DESSAS INSTRUÇÕES.
15. O gabarito da prova objetiva será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro – D.O. Rio, no segundo dia útil seguinte ao de realização da prova, estando disponível, também, no endereço eletrônico <http://www.rio.rj.gov.br/web/portaldeconcursos>.

DIREITO CIVIL

01. As entidades da Administração Indireta possuem personalidade jurídica própria e distinta da do ente a que estão vinculadas. A respeito da constituição das pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta, é correto afirmar que:
- (A) a sociedade de economia mista adquire personalidade jurídica de direito privado com o registro de seus atos constitutivos em cartório
- (B) a autarquia é criada por lei do ente com personalidade jurídica de direito privado
- (C) a empresa pública adquire personalidade jurídica de direito privado na data da publicação da lei que autoriza a sua criação
- (D) a fundação pública independe de lei para a sua criação e pode ter personalidade jurídica de direito público ou de direito privado
02. Em 24 de janeiro de 2018, foi publicada, no âmbito do Município X, lei Y disciplinando o serviço de transporte por aplicativos. Em 24 de junho de 2018, sobreveio a publicação da lei Z, que revogou expressamente a lei Y, disciplinando o serviço de transporte por aplicativos de modo diverso da lei Y. Em 24 de agosto de 2018, a lei W foi publicada, contendo apenas 2 artigos. O seu Artigo 1º continha a seguinte previsão: "Fica revogada a Lei Z". E o seu Artigo 2º indicava o seguinte: "Esta lei entra em vigor na data de sua publicação". Após, não foram publicadas novas leis tratando do tema. Pelo exposto, pode-se afirmar que:
- (A) a lei W, ao revogar a lei X, promoveu a repristinação da lei Y
- (B) no Município X não há lei em vigor regulamentando o serviço de transporte por aplicativos
- (C) a lei W possui *vacatio legis*
- (D) a lei Y viola a irretroatividade das normas por ter revogado lei publicada anteriormente
03. A respeito da desconsideração da personalidade jurídica, é correto afirmar que:
- (A) implica a extinção da personalidade jurídica da pessoa jurídica
- (B) não conta com previsão expressa no ordenamento jurídico positivado brasileiro
- (C) constitui exceção à regra da autonomia patrimonial das pessoas jurídicas
- (D) a parte não pode requerer a desconsideração da personalidade jurídica, sendo medida adotada somente de ofício pelo juiz
04. De acordo com o Código Civil, os negócios jurídicos devem ser interpretados:
- (A) se benéficos ou se houver renúncia, ampliativamente, para tornar efetivo o benefício ao favorecido pela avença
- (B) de acordo com a moral e os bons costumes, além da lei, sendo vedado que os usos sejam considerados, uma vez que nosso ordenamento jurídico não é consuetudinário
- (C) somente de acordo com a lei, sendo vedado que os usos e princípios sejam utilizados para esse fim
- (D) conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração
05. Mateus, em contato telefônico com uma empresa X, consentiu que ela lhe enviasse um contrato de publicidade para destacar sua empresa em um determinado *site*. Segundo as informações repassadas via telefone, Mateus pagaria R\$ 15,00 (quinze reais) mensais durante 12 (doze) meses. Estabelecido o negócio jurídico, Mateus recebeu o contrato via *e-mail*, assinou e encaminhou à empresa, não tendo percebido que a referida empresa procedera intencionalmente a substituição do valor inicialmente avençado para cada parcela fazendo constar o importe de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) por mês. Diante da situação posta, é possível afirmar, acerca do negócio jurídico:
- (A) uma vez assinado o contrato, Mateus deverá honrar, pois não houve vício que possa fundamentar a nulidade ou anulação do negócio jurídico
- (B) Mateus poderá anular o negócio jurídico fundamentado no instituto da reserva mental, uma vez que o que se passava na sua mente era o pagamento de R\$ 15,00 (quinze reais) e não R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais) mensais
- (C) houve lesão, caracterizado o fato pela manifesta desproporção entre a prestação informada via contato telefônico e a que se estabeleceu no contrato enviado por Mateus que, por sua vez, credita-se inexperiente
- (D) Mateus poderá anular o negócio jurídico por encontrar-se defeituoso na figura do dolo, pois a empresa X se utilizou de expediente astucioso a fim de que Mateus assinasse o contrato levando-o a crer que as condições pactuadas via contato telefônico estariam mantidas
06. Conforme disciplina normativa do Código Civil brasileiro, **NÃO** são bens públicos:
- (A) os bens sujeitos a usucapião
- (B) os de uso especial destinados a autarquias
- (C) os terrenos destinados a serviços da administração municipal
- (D) os dominicais ainda que alienáveis
07. De acordo com os termos do Código Civil brasileiro quanto ao direito das obrigações é **incorreto** afirmar que:
- (A) não pode o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra
- (B) nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao devedor, se outra coisa não se estipulou
- (C) na obrigação de dar coisa incerta, é prescindível a indicação de gênero e quantidade
- (D) se a prestação do fato tornar-se impossível sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação
08. De acordo com o expressamente preceituado pelo Código Civil brasileiro, constitui ato ilícito:
- (A) o praticado em legítima defesa desde que cause dano a terceiros
- (B) o exercício de um direito por seu titular de forma a exceder manifestamente os limites impostos pelos bons costumes
- (C) o praticado no exercício regular de um direito reconhecido desde que cause prejuízo econômico a terceiros
- (D) a lesão à pessoa, a fim de remover perigo iminente

DIREITO CONSTITUCIONAL

09. Vereador do Município X propôs projeto de lei que cria 100 (cem) novos cargos de professor de Ensino Fundamental, com um impacto financeiro de R\$ 3,5 milhões ao ano. O projeto de lei foi submetido à Câmara Municipal, que, em apenas um turno de discussão e votação, o aprovou e o encaminhou para sanção do Prefeito. A lei em questão é:
- (A) inconstitucional, porque não observou a exigência de votação em dois turnos prevista para as leis complementares
 (B) inconstitucional, porque violou a iniciativa privativa do Prefeito para propor projetos de lei que disponham sobre a criação de cargos na Administração Direta
 (C) inconstitucional, porque violou o Teto dos Gastos Públicos
 (D) constitucional, porque a oferta de educação básica e gratuita é dever dos Municípios
10. Sobre as funções típicas e atípicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, é correto afirmar que:
- (A) o Poder Judiciário exerce unicamente a função jurisdicional
 (B) o Poder Legislativo não exerce função jurisdicional, seja típica ou atipicamente
 (C) os Poderes exercem, típica ou atipicamente, a função administrativa, com exceção do Poder Judiciário
 (D) o Poder Executivo exerce tipicamente a função administrativa e atipicamente a função legislativa
11. Sobre os princípios da Administração Pública, é correto afirmar que:
- (A) a proibição da promoção pessoal é decorrência do princípio da impessoalidade na Administração Pública
 (B) os atos administrativos são sigilosos em razão do interesse público, e a sua divulgação só se dá nos limites do necessário
 (C) o direito de petição ao Poder Público se submete às exigências formais previstas em lei e se limita às matérias enumeradas em ato regulamentar
 (D) o princípio da eficiência é aplicável aos serviços públicos prestados à coletividade, mas não alcança os serviços administrativos internos das pessoas federativas
12. Conforme a Constituição Federal, são materialidades tributáveis pela União, pelos Estados e pelos Municípios, respectivamente:
- (A) as operações de crédito, a transmissão *causa mortis* e a importação de produtos estrangeiros
 (B) a propriedade territorial rural, a prestação de serviços em geral e a transmissão *inter vivos* de bens imóveis
 (C) a renda, a prestação de serviços de comunicação e a propriedade territorial urbana
 (D) a propriedade de veículos automotores, as operações de circulação de mercadorias e a prestação de serviços em geral
13. De acordo com a repartição constitucional de competências, sabe-se que:
- (A) os Estados-membros têm competência normativa concorrente para legislar sobre direito agrário e direito marítimo
 (B) compete aos Municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação
 (C) compete aos Municípios promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano
 (D) no campo da competência normativa concorrente, inexistindo lei federal sobre normas gerais, não podem os Estados exercer a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades
14. A Constituição brasileira de 1988 pode ser classificada como uma constituição:
- (A) promulgada e escrita
 (B) flexível e normativa
 (C) democrática e sintética
 (D) rígida e consuetudinária
15. O poder constituinte derivado decorrente consiste:
- (A) no poder reconhecido ao povo de criar uma nova constituição, que irá fundar a ordem jurídica de um determinado Estado
 (B) no poder assegurado aos Estados-membros de se auto-organizarem por meio de Constituições Estaduais próprias, aprovadas em conformidade com a Constituição Federal
 (C) no poder de se alterar a constituição de um país, observando-se as regras previstas no próprio texto constitucional para sua modificação
 (D) no poder de se modificarem as normas constitucionais sem promoverem alterações formais no seu texto
16. Quanto aos remédios constitucionais, é correto afirmar que:
- (A) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência
 (B) conceder-se-á mandado de segurança sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder
 (C) conceder-se-á mandado de segurança sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania
 (D) conceder-se-á *habeas data* para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; bem como para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

17. No dia 10 de julho de 2018, terça-feira, foi publicada no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado X sentença condenatória contra o Município Y. No dia 12 de julho do mesmo ano, quinta-feira, os autos físicos foram recebidos no Protocolo da Procuradoria do Município Y, sendo imediatamente encaminhados à mesa do Procurador responsável. Considerando o exposto, a data que corresponde ao termo final do prazo para o Município interpor seu recurso de apelação (desconsiderar todos os feriados ou dias que não venham a ter expediente forense) é:
- (A) 09 de agosto de 2018
(B) 11 de agosto de 2018
(C) 21 de agosto de 2018
(D) 23 de agosto de 2018
18. De acordo com o Código de Processo Civil, a coisa julgada material:
- (A) alcança a verdade dos fatos estabelecida como fundamento da sentença
(B) torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso
(C) atinge questões prejudiciais nos casos em que são aplicáveis os efeitos materiais da revelia
(D) não impede a futura alegação ou defesa que a parte deixou de apresentar no processo de conhecimento
19. A Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado X negou seguimento ao recurso especial interposto pelo Município Y sob o fundamento de que o acórdão recorrido está em conformidade com entendimento do Superior Tribunal de Justiça, exarado em precedente repetitivo. Entendendo ter o órgão judicial se equivocado nas suas conclusões, deve o Procurador do feito interpor:
- (A) reclamação
(B) agravo em recurso especial
(C) agravo interno
(D) mandado de segurança
20. João ajuíza demanda com pedido indenizatório apenas em face de José. Este, por sua vez, em contestação, requer a citação de Maria, também devedora solidária do contrato firmado entre as referidas partes. Nesta circunstância, identifica-se a seguinte modalidade de intervenção de terceiros:
- (A) nomeação à autoria
(B) chamamento ao processo
(C) assistência litisconsorcial
(D) denunciação da lide

PROVA DISCURSIVA

Elaborar uma redação, optando por **apenas** um dos temas indicados abaixo.

Você deve desenvolver um texto dissertativo, de no máximo, 25 (vinte e cinco) linhas.

Na folha de resposta o número do tema de escolha deverá ser marcado e escrito por extenso.

Tema 1. Prescrição e decadência: conceito e duas diferenças

Tema 2. A Constituição de 1988 adotou a forma federativa de Estado. Identifique, pelo menos, três características do federalismo brasileiro

Tema 3. Diferencie litisconsórcio simples, unitário, facultativo e necessário

